

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O UNIVERSO JUVENIL

*JEOLÁS, Leila Sollberger; PAULILO, Maria Angela Silveira;
CAPETO, Maria Regina Clivati (orgs.).*
Juventudes, Desigualdades e Diversidades – Estudos e Pesquisas.
Londrina: Editora da UEL, 2007.

POR

Ana Luisa Fayet Sallas¹

O livro *Juventudes, Desigualdades e Diversidades – Estudos e Pesquisas* promove, com sua publicação, o interesse renovado por essa área de pesquisas tão deficitária em termos da difusão de investigações realizadas dentro do estado do Paraná. Não é nosso objetivo discorrer aqui sobre as possíveis causas dessa situação, mas pontuar alguns aspectos do livro que revelam a diversidade de perspectivas que tem orientado as pesquisas sobre juventude.

Antes de entrar na apresentação de cada eixo temático que foi tratado na obra, vale destacar um primeiro aspecto mais geral, por considerá-lo de grande relevância, em torno da organização de uma área de pesquisa na Universidade Estadual de Londrina: o fato de o livro ter sido organizado agregando a contribuição de pesquisadores já formados e jovens pesquisadores que apresentaram resenhas sobre outras publicações ou de monografias que foram elaboradas no âmbito do curso de Graduação em Ciências Sociais desta Universidade. Além disso, traz, ao final de cada item tratado, com exceção dos dois últimos, sugestões de leituras

¹ Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná. Contato: analuisa@ufpr.br

complementares, o que sem dúvida enriquece em muito o trabalho para novos leitores. Observo ainda o cuidado na editoração do livro, que utilizou de forma criativa grafites elaborados por jovens na cidade de Londrina. A visualidade destes desenhos marca a presença dos jovens nas cidades inscrevendo no espaço imagens poéticas de bailarinas, anjos e outras figuras que povoam ruas e esquinas.

O livro é organizado em cinco eixos temáticos: Educação e Trabalho; Saúde e Sexualidade; Políticas Sociais Públicas; Política Cultural e Juventudes no Campo. No primeiro capítulo, Ileizi Luciana Fiorelli Silva e Rosemary Batista de Oliveira, autoras do texto *Juventudes, educação e trabalho: estudos e políticas públicas em Londrina (PR)*, procuram apresentar os estudos e iniciativas de políticas de educação que contemplam os jovens de Londrina durante os anos de 1990 a 2002. Trata-se do resultado de um grupo de pesquisa interdisciplinar que elaborou o *Catálogo sobre juventude: (re)conhecendo diversidades e desigualdades juvenis em Londrina e região*, o que dá em grande medida o eixo em que está estruturado todo o livro. Aborda inicialmente estudos que têm por tema a relação juventude, educação e trabalho, tanto iniciativas de pesquisas mais acadêmicas quanto de agências governamentais que promoveram, ao de longo dos anos 90, uma série de atividades com vistas à formulação de políticas públicas para os jovens que passaram progressivamente a se constituírem num novo “problema social”, em especial quando associados ao tema da violência.

As autoras abordam igualmente a questão do conceito de juventude e de como categorizá-lo. Embora apresentem o parâmetro de delimitação dos jovens de 15 a 24 anos, justificam-na pela relação com outros estudos e pela convergência com estudos sobre educação, posto que nessa faixa etária os jovens ainda se encontram em processo de formação. Não deixam de problematizar as diferentes perspectivas de se tratar o tema da juventude e das diferenças teóricas apresentadas por Sposito ao tema, ao fazer uma distinção entre a condição juvenil (ligada ao significado social deste ciclo de vida) e a situação juvenil (ligada às trajetórias da condição juvenil associada a outros vetores como classe, gênero, rural-urbano, religião e etnia). Destacam que com as mudanças sociais e culturais em curso, é possível que no futuro a condição juvenil venha a abarcar a faixa etária dos 13 aos 30 anos face às modificações ligadas à educação e ao trabalho.

No caso de Londrina, confirmam o que outros estudos têm demonstrado: um processo de descompasso crescente entre a escola e as novas realidades ligadas ao mundo do trabalho e suas constantes transformações. Ao apresentarem o

quadro de mudanças sociais que tem afetado os jovens de Londrina nos últimos 12 anos com relação ao trabalho, educação e políticas públicas, demonstram o grau de complexidade que envolve a vida juvenil numa cidade que sofreu alterações profundas com o aumento da população urbana, da desigualdade social e da má distribuição de renda.

Ao tratarem especificamente dos dados sobre a população jovem, a escolarização e a relação emprego/desemprego, assinalam um primeiro ponto relevante que é o crescimento relativo da população juvenil de Londrina, nos censos de 1970 a 2000, manter uma proporção constante com a média nacional de 18 a 20% da população. No entanto, quando considerados os dados absolutos desta faixa etária, é notável esse crescimento da população nos últimos 30 anos, na ordem de 54,9%. Considerado desta perspectiva, torna-se significativo os rebatimentos deste contingente populacional sobre a relação com o mundo escolar e com o mundo do trabalho.

Sobre a questão da escolarização associada aos cursos profissionalizantes, ressaltam que, com o fechamento desta modalidade de ensino na rede pública desde meados dos anos 1990, os dados apresentados pela pesquisa realizada em Londrina convergem para o que observamos em Curitiba nos anos 1998 a 1999: a insatisfação de jovens trabalhadores que buscavam a escola, mas esta lhes oferecia, no ensino médio, o ensino geral sem contemplar qualquer formação profissionalizante. Um elemento importante é referente à repercussão das políticas públicas levadas a efeito pelo governo federal nesse período quanto à privatização do ensino médio profissionalizante e também do sistema de ensino superior privado, que num primeiro momento apresentam indicadores de crescimento entre 1996 a 2001, mas que passam a decrescer depois de 2002. Sobre esse aspecto, as autoras lançam uma hipótese para futuras pesquisas que é a relação entre a crise econômica e o desemprego em geral como elemento que tem inviabilizado a permanência dos jovens nas escolas privadas e mesmo nas públicas.

Apresentando a questão do emprego/desemprego em Londrina, as autoras notam que os índices de cidade seguem a média nacional de 9%, mas não prosseguem na análise deste dado com o conjunto das questões relativas aos jovens, já que esses dados dos desempregados referem-se ao conjunto da população economicamente ativa e não somente à população juvenil. Na seqüência, fazem uma descrição dos programas de profissionalização e apoio à juventude nas áreas mais vulneráveis, enfatizando a necessidade de ampliação dos estudos sobre

juventude, escola e trabalho em Londrina. Longe da idéia de que os jovens não estariam ligados aos valores do trabalho formal, destacam uma dissertação de mestrado cujos resultados demonstram exatamente o contrário: que os jovens de Londrina ainda estão ligados a tais valores e à escolarização; portanto. E ressaltam a necessidade de ampliação das pesquisas que contemplem esse segmento da população.

Uma das linhas de pesquisa assinaladas por Ileizi Fiorelli e Rosemery de Oliveira seria aquela que contemplasse também uma avaliação qualitativa dos programas existentes na cidade de Londrina procurando articular os programas sociais, a escolarização e a formação profissional dos jovens. Qual o impacto efetivo que esses projetos e programas têm na ampliação das oportunidades dos jovens em sua inserção no mercado de trabalho? Que tipos de atividade são contemplados? Essas são apenas algumas das questões que talvez respondam e dêem subsídios para a elaboração de políticas públicas para a juventude.

Por outro lado, há o reconhecimento de que o mundo do trabalho sofreu alterações significativas nos últimos anos. Mas, qual o seu significado para as novas gerações, quais novas formas estão associadas a ele e qual é seu valor simbólico? Essas indagações podem ampliar a compreensão destes processos sociais e culturais que estamos vivendo e que são desafiadores para os jovens na construção de seus projetos de futuro.

Ao final deste primeiro eixo temático, é apresentado um conjunto de resenhas elaboradas por pesquisadores que analisaram trabalhos, monografias e dissertações sobre o tema juventude e escola. Todos esses trabalhos, bem como as sugestões de leituras subseqüentes, revelam a mobilização de pesquisadores para aprofundar o conhecimento da realidade dos jovens em Londrina e seus desafios contemporâneos.

No eixo temático seguinte, aborda-se a questão da Saúde e Sexualidade. O texto de Leila Sollberger Jeolás e Rosângela Aparecida Pimenta Ferrari, *Vulnerabilidades Juvenis: sexualidade, acidentes e homicídios*, revela a iniciativa pioneira das pesquisadoras sobre tema que envolve questões referentes à sexualidade, saúde sexual e reprodutiva em relação a suas práticas e representações entre os jovens de 15 a 24 anos de Londrina.

Utilizando os conceitos de risco e vulnerabilidade juvenil, as autoras destacam as contribuições de alguns autores quanto ao sentido de construção

sociocultural da noção de risco, elaborada em relação a seus significados para diferentes grupos. Essa perspectiva teórica procura encontrar os significados do risco da forma como são pensados e vivenciados pelos jovens. Associam a essa dimensão cultural as dimensões políticas e econômicas pensadas por meio do conceito de vulnerabilidade nos planos programático (das políticas públicas), social (estrutura social, política e econômica de países e grupos) e individual. Deste modo, ao articular a noção de risco com a de vulnerabilidade, procuram “aprender as múltiplas determinações que expõem os jovens atualmente aos riscos relacionados à saúde e a sexualidade” (p. 80).

Ao delimitar o campo conceitual da relação entre sexualidade, gênero e saúde, as autoras apresentam as principais contribuições teóricas que têm orientado as produções de pesquisas, em especial aquelas que se contrapõem às abordagens essencialistas em que os temas da sexualidade e gênero se colocavam. Destacam as produções teóricas recentes que apresentam a sexualidade como uma construção sociocultural. Refletem também sobre o sentido normativo que os atuais discursos sobre a sexualidade assumem, em especial aquele de “liberalização” nas classes médias e altas urbanas, que não deixam de enquadrar o comportamento dos indivíduos orientados por novas formas de controle e autovigilância dentro dos padrões de consumo dominantes. Desta forma, as práticas e representações sobre a sexualidade e gênero não estão descoladas das diferentes esferas normativas de nossa sociedade, como as praticadas na medicina, na mídia, nas escolas e nas famílias, marcando também formas de reprodução de papéis sexuais de acordo com o pertencimento a diferentes classes sociais e graus de escolaridade. Ao mencionarem outras pesquisas sobre juventude, observam que ocorreram mudanças nas relações de gênero entre meninos e meninas mostrando uma dissociação entre satisfação amorosa e sexual.

As autoras demonstram que o início das relações sexuais entre homens e mulheres, em média, se situa nas faixas etárias mais baixas, como 13 a 15 anos. Destacam os aspectos afetivos e simbólicos ligados às mudanças em curso e a maior vulnerabilidade ao HIV-AIDS, à gravidez não planejada, ao aborto e à violência sexual. Em que pese a produção de discursos e imagens que destacam liberdade e valores mais igualitários quanto a diferença de gênero, permanecem as práticas que reproduzem os valores tradicionais de “controle” da sexualidade feminina e de “virilidade” no universo feminino. Esse aspecto e sua permanência foram também encontrados por nós na pesquisa realizada em Curitiba em 1998-2000. Podemos também observar que entre os jovens adolescentes dos 13 aos 19 anos,

existe uma relação direta entre a idade de iniciação sexual, a gravidez precoce e o aborto.

Ao focar a produção teórica e pesquisas sobre sexualidade e saúde, Leila Jeolás e Rosângela Ferrari observam que estas podem orientar políticas públicas para a juventude, contribuindo também para a construção de redes de pesquisadores que possibilitem criar formas mais efetivas de estabelecer alguns parâmetros para comparação. Procuram também assinalar as questões referentes à violência e à condição de vulnerabilidade acentuada em que os jovens de baixa renda figuram como as maiores vítimas. Assinalam que a violência não pode ser tratada como algo homogêneo e indiferenciado. Os dados apresentados sobre Londrina conectam-se com os resultados realizados em outras cidades brasileiras: os jovens de sexo masculino, baixa escolaridade e baixa qualificação profissional. Diferentemente de outros resultados nacionais, os jovens de Londrina são brancos e não negros, como em outras regiões.

As autoras apresentam algumas iniciativas londrinenses que são pioneiras, como a criação, em 1996, do Centro de Referência no Atendimento ao Adolescente de Londrina, que, no marco de políticas públicas na área de saúde, atende a jovens de 12 a 19 anos. Em suas conclusões, destacam a necessidade de maior integração e interdisciplinaridade no atendimento à população jovem face aos aspectos múltiplos que envolvem a vulnerabilidade juvenil e aos aspectos simbólicos que envolvem as práticas sociais. Resta saber se os jovens têm hoje a dimensão destes múltiplos aspectos ligados à sua própria vida.

Como no eixo temático precedente, apresentam resenhas e sugestões de leituras que complementam as referências a trabalhos acadêmicos ligados ao tema, demonstrando a articulação frutífera que tem alimentado esse coletivo de pesquisadores da UEL, promovendo uma maior visibilidade de sua produção teórica e de pesquisas.

Na seqüência, é apresentado o eixo temático Políticas Sociais Públicas, cujo artigo de Maria Ângela Silveira Paulilo, *Juventude e políticas sociais públicas*, apresenta algumas reflexões sobre a constituição de políticas públicas para a juventude brasileira. Apresentados os marcos conceituais das juventudes no Brasil, a autora menciona a “desinstitucionalização” como resultado da crise das instituições como modelos familiares hegemônicos, da escola como possibilidade de ascensão social e da emergência de novas identidades juvenis. Aqui cabe observar que essa idéia na realidade não dá conta das novas formas de institucionalização

na criação dos chamados “jovens de projeto” culturais ou sociais, atendidos por ONGs, marcando, assim, outras formas de inserção juvenil.

A autora mostra que, desde a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, várias ações têm sido levadas adiante com o estabelecimento de políticas públicas para a juventude. No caso de Londrina, foram criados, em 1992, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar, orientados por três princípios: organização regional, intersetorialidade e controle e participação da comunidade. Adiante, descreve os principais programas e serviços municipais existentes em Londrina, como o Programa de Apoio Educativo para crianças e adolescentes de 6 a 14 anos e o Programa de Educação Profissional. Incluem ainda Programas Complementares, como os de Abrigo, de Atendimento de Medidas Sócio-Educativas, Abuso, Atendimento a Usuários de Substâncias Psicoativas, entre outros.

Para concluir, destaca os elementos essenciais para uma política pública: a inclusão, a universalidade de acesso, a participação dos atores diretamente nela interessados e o exercício efetivo da cidadania. Mencionamos aqui uma outra dimensão que não foi contemplada que é a da dotação orçamentária efetiva, fazendo com que as políticas públicas deixem de figurar nos discursos políticos para se converterem em políticas integrais de atenção a crianças e jovens.

O texto deixa uma lacuna ao não mencionar a criação do Conselho Nacional da Juventude (www.conjuve.org.br), em 2005, como entidade de representação e participação pública dos diferentes segmentos da juventude ligados à Presidência da República e que realiza, neste ano de 2008, a Primeira Conferência Nacional da Juventude, tendo por marco a definição e implementação de políticas públicas para a juventude.

No quarto eixo temático, o de Política Cultural, João Batista Martins, Flaviana Barcelini e Irineu Yun Yabushita procuram mostrar, com o artigo *Política Cultural e juventude: o movimento hip-hop em Londrina*, as formas de acesso dos jovens aos projetos culturais apresentados por instituições públicas de Londrina, configurando assim um estudo sobre política pública. Em contraposição aos demais artigos do livro, este é o que apresenta menor elaboração teórica e metodológica, não deixando claro para o leitor os critérios de escolha do Projeto Rede da Cidadania. Por outro lado, restringe-se à descrição das leis que orientam o estabelecimento da política cultural do município, não apresentando os elementos orçamentários que a sustentam.

Ao descreverem o Projeto Rede da Cidadania, destacam que foram realizados investimentos em oficinas de hip-hop e grafite para os jovens, cujo objetivo era “evitar que os jovens se envolvessem em ações violentas” (p. 184). Nas entrevistas que realizaram com osicineiros “Pirata” e “Hugo”, não sabemos como foram recrutados para o projeto, se pertenciam à comunidade ou não, qual idade tinham, que outras atividades desenvolviam fora aquelas referidas ao projeto; enfim, como se converteram em “professores” destas novas formas de experiências culturais.

Apesar dos problemas assinalados no texto, compartilhamos com os autores algumas de suas preocupações quanto ao sentido de uma política cultural que “domestica” o hip-hop, bem como outras manifestações culturais, enquadrando-as aos ideais de cidadania e participação, atendendo e apoiando, assim, aqueles grupos que se ajustam aos seus propósitos quanto a uma política cultural como expressão da Cultura da Paz. O que foi observado pelos autores não deixa de se configurar numa das contradições que está na base daquilo que conhecemos e reconhecemos como sendo a cultura – tanto no sentido da promoção de experiências de criação e invenção como de formas de controle e dominação. Esse duplo aspecto está longe de ser superado e remonta às reflexões sobre o papel da cultura pelos expoentes da Escola de Frankfurt como, por exemplo, Adorno e Marcuse. Aqui, não se trata da discussão sobre cultura erudita e cultura popular, mas das formas instituídas e estabelecidas de controle na sociedade da administração.

A existência destas contradições, longe de significar uma avaliação negativa destas iniciativas, como a do Projeto Rede de Cidadania, reforçam as idéias de ampliação das formas de participação juvenil, da transformação efetiva da política cultural para uma cultura política que amplie os canais de participação dos jovens não só como receptores de determinados bens e serviços, mas de mentores ativos de todo o processo cultural em andamento, envolvidos também nas formas de definição dos programas/projetos culturais, mas também em sua avaliação e monitoramento.

No último eixo temático, intitulado Juventudes no Campo, o texto *Jovens no campo: a procura de visibilidade social*, de Maria Regina Clivate Capeto, Suely Aparecida Martins e Wagner Roberto do Amaral, traz em seu conjunto, uma grande contribuição para os estudos sobre juventude no Brasil, especialmente pelo tema, que de fato contempla um segmento até então pouco trabalhado pelos pesquisadores nacionais. No início do texto, são apresentadas as principais produções acadêmicas sobre o tema, que começam a despertar interesse de pesquisa

no final dos anos 1960. Destacam-se estudos que alertam sobre os diferentes modos de ser rural, marcados para os jovens pela relação entre sua atividade (rural-urbana) e o local de moradia (rural-urbana) e ainda as diferentes configurações que o trabalho assume entre gerações (pais-filhos).

Os autores evidenciam a contribuição bourdieusiana no sentido de revelar o arbitrário das marcas etárias e seu sentido relacional, como também um objeto de luta simbólica entre jovens e velhos para demarcar as diferenças. Ainda assim, é necessário compreender que ao se tratar da juventude rural, ela não se caracteriza como algo homogêneo, posto que existem, em seu interior, uma infinidade de possibilidades marcadas por aspectos econômicos, culturais e de desigualdades sociais presentes em nossa sociedade. Conforme enfatizam, os jovens rurais no Brasil constituem uma categoria de análise ainda em construção. Trazem algumas reflexões de outros pesquisadores sobre padrões sucessórios presentes na agricultura familiar que identificam as formas de divisão do trabalho e de reprodução dos papéis sexuais nesse universo, em que as moças se deslocam para as cidades, enquanto os filhos homens permanecem ligados as atividades rurais, com chances de herdar a propriedade. O que os autores assinalam como o processo de masculinização da juventude rural talvez também se encontre no marco de estudos comparativos como aquele realizado por Bourdieu em seu livro *O Baile dos Solteiros* mostrando processo semelhante em sua província de origem no interior da França, nos anos 1960. Certamente muitas transformações ocorreram no mundo rural, mas elas não foram capazes de dar conta das mudanças entre gerações e gêneros, especialmente quando as mudanças nos processos produtivos estão em descompasso com as formas de reprodução das diferenças de modo amplo.

Além de tratarem do conceito de juventude e de sua pertinência para o estudo dos jovens rurais, os autores procuram tratar de modo especial das diferenças entre o rural e o campo, considerando que a noção de campo ajuda a ampliar o conceito de rural. Mais do que uma dicotomia, a relação entre campo e cidade marca os aspectos complementares entre esses espaços, em seus sentidos plurais e inter-relacionais, objeto de múltiplos significados. Desta perspectiva, repercute diretamente a ênfase sobre os diferentes modos de construir as ruralidades e as identidades sociais construídas a partir da complexidade com que se configuram esses espaços.

Para além dos aspectos conceituais, apresentam um quadro geral da situação dos jovens do campo no Paraná e em Londrina. Identificamos um pequeno problema no texto quando informam que, de acordo com o censo de 2000, a população do Paraná é de nove milhões e meio de habitantes, sendo que 81% estão no meio urbano e 19% em meio rural. Prosseguem com a informação de “os jovens no campo” com a idade de 15 a 29 anos estão divididos em 53% rapazes e 47% de moças. Esses percentuais deixam de assinalar qual o percentual de jovens no campo no estado do Paraná. Tal informação só aparecerá algumas páginas depois, com o percentual de 3% do total da população jovem do estado.

Nas “Provocações Finais”, Maria Regina Clivate Capeto, Suely Aparecida Martins e Wagner Roberto do Amaral destacam todos os problemas e dificuldades desse universo social, a sua invisibilidade tanto nas produções de pesquisas acadêmicas como no que se refere às políticas públicas com uma agenda que contemple os interesses e demandas deste segmento da população. Elencam uma série de aspectos limitadores da abordagem desse tema e apresentam, por fim, quase uma convocatória aos pesquisadores para que enfrentem o desafio da pesquisa e sigam talvez o que aparece ao final do livro como uma outra provocação: ISSO É SÓ O COMEÇO...